



PLANO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA 2026

PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro
Presidente

Conselheiro Luís da Cunha Teixeira
Vice-Presidente

Conselheira Odilon Inácio Teixeira
Corregedor

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiro Lopes
Ouvidora

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Coordenador da Comissão para o Aperfeiçoamento de Mecanismos para o
Desenvolvimento do Controle Externo

Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior
Coordenador de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência

Conselheira Daniela Lima Barbalho
Coordenadora da Comissão de Sustentabilidade e Meio Ambiente

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Julival Silva Rocha

Milene Dias Cunha

Daniel Mello

Edvaldo Fernandes de Souza

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro
Presidente

Conselheiro Luís da Cunha Teixeira
Vice-Presidente

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira
Corregedor

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiro Lopes
Ouvidora

Alice Cristina da Costa Loureiro
Secretária Geral da Presidência

José Tuffi Salim Júnior
Chefe de Gabinete da Presidência

Enorê Corrêa Monteiro
Chefe da Consultoria Jurídica

Jorge Batista Júnior
Secretário Geral do Tribunal Pleno

Fernanda Pinheiro Pantoja
Secretária Geral de Controle Externo

Izabelle Santos Guimarães Frazão de Sousa
Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica

Maria de Lourdes Carneiro Lobato
Secretária de Administração

Anna Maria Malcher Gillet
Secretária de Gestão de Pessoas

Lêda Mara Souza de Oliveira Monteiro
Secretária de Tecnologia da Informação

Vanessa Rocha Ferreira Rodrigues
Auditora Interna

Maria do Carmo da Silva Gomes de Oliveira e Sousa
Secretária da Escola de Contas Alberto Veloso

ESCOLA DE CONTAS ALBERTO VELOSO

Maria do Carmo da Silva Gomes de Oliveira e Sousa
Secretaria Escola de Contas Alberto Veloso

Jozileide Martins Noronha Fleury
Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão

Maria Theresa Calado Lopes
Coordenadoria Acadêmica

Cláudia Nilene Calado Lopes de Moura
Coordenadoria de Acervo Técnico e Informação

André José Araújo Viera
Gerência de Expediente

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. Erro! Indicador não definido.	
3. Erro! Indicador não definido.	
4.	Erro! Indicador não definido.
5.	Erro! Indicador não definido.
5.1. Programa de Capacitação do Controle Externo	8
5.2. Programa de Ambientação de Servidores Ingressantes	9
5.3. Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Liderança e Gestão	9
5.4. Programas de Capacitação das Unidades do TCE-PA	10
6.	Erro! Indicador não definido.
7.	Erro! Indicador não definido.
8.	Erro! Indicador não definido.
8.1. Estratégias de atuação	12
8.2. Metodologias de Ensino	12
8.3. Avaliação	13
9.	Erro! Indicador não definido.
ANEXO I	15
ANEXO II	16
ANEXO III	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA	Ambiente virtual de aprendizagem
CDC	Coordenadoria de Desenvolvimento de Competências
Ecav	Escola de Contas Alberto Veloso
IES	Instituição de Educação Superior
IRB	Instituto Rui Barbosa
MEC	Ministério da Educação
NBASP	Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público
PEC	Plano de Educação Corporativa
REDUCONTAS	Rede das Escolas de Contas
Segecex	Secretaria Geral de Controle Externo
SEGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
Siga	Sistema de Gestão Acadêmica
TCE-PA	Tribunal de Contas do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNB	Universidade de Brasília

1. APRESENTAÇÃO

A Escola de Contas Alberto Veloso (Ecav), criada pela Resolução nº 17.278/2006, tem como missão difundir conhecimento para o aprimoramento do controle externo e fomentar o controle social para a efetividade da gestão dos recursos públicos. Sua visão é firmar-se como unidade de excelência no desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes no âmbito do Sistema de Controle Externo. Seus valores incluem ética, profissionalismo, integração, proatividade, inovação e sustentabilidade.

No exercício de suas atribuições, a Ecav apresenta o Plano de Educação Corporativa (PEC), focado na capacitação dos membros e servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA). As áreas de conhecimento estão vinculadas aos objetivos institucionais disponibilizados no Plano Estratégico 2022-2027 e do Plano de Gestão 2025-2027.

2. OBJETIVO

Estruturar a oferta de ações de capacitação aos Membros, Procuradores de Contas, servidores e profissionais do TCE-PA, buscando o aperfeiçoamento das competências profissionais, pessoais e técnicas, oportunizando o aprimoramento dos processos de trabalho do tribunal e o alcance das metas institucionais.

3. PÚBLICO-ALVO

O PEC tem como público-alvo os Membros, Procuradores de Contas e servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

4. INDICADORES E METAS DA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO TCE-PA

Os indicadores e metas relacionadas à capacitação de servidores do TCE-PA estão dispostas no Plano de Estratégico (2022-2027) do TCE-PA.

Quadro 1. Indicadores, metas e fórmula de cálculo de acompanhamento das ações

OBJETIVO ESTRATÉGICO – PROMOVER A INTEGRAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS COM AS DIRETRIZES INSTITUCIONAIS				
Nº	Identificação		Fórmula de Cálculo	Meta 2026
	Indicadores	Metas		
1	Índice de desenvolvimento de programas de capacitação	Elaborar, até 2027, 13 programas de capacitação das unidades de trabalho	(Quantidade de programas de capacitação elaborado/Quantidade de unidades de trabalho) x100	70%
2	Índice de Adesão às Ações Educacionais	Alcançar, até 2027, 80% de adesão dos servidores às ações educacionais	(Número de servidores capacitados com carga horária igual ou superior a 16h anualmente/Número total de servidores ativos, excluído o quadro do gabinete militar e cedidos para outros órgãos) x 100	70%
3	Índice de execução do programa de capacitação da Secretaria de Controle Externo (Secex)	Realizar 32 capacitações que contemplam as competências técnicas, comportamentais e gerenciais, sendo 8 capacitações por ano.	(Número de ações realizadas por ano/número total de ações previstas no programa de capacitação da Secex) X 100	50%

Fonte: Plano Estratégico do TCE-PA (2022-2027)

5. PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DO TCE-PA

5.1. Programa de Capacitação do Controle Externo

O TCE-PA tem elaborado o Programa de Capacitação do Controle Externo desenvolvido pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex) com o objetivo de atualizar e aprimorar as competências dos servidores para fiscalização pública, incorporando novas tecnologias, atualizações normativas e demandas contemporâneas. O programa está alinhado às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) e ao Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA.

O documento elenca as competências necessárias a serem aperfeiçoadas para que o Auditor trabalhe na fiscalização:

- Técnicas: Conhecimento de normas (ex: NBASP), métodos de auditoria, avaliação de controles internos, coleta de evidências e elaboração de relatórios.
- Comportamentais: Ética, independência, comunicação, trabalho em equipe e julgamento objetivo.
- Gerenciais: Liderança, gestão de equipes e processos.

O programa visa fortalecer a atuação fiscalizatória do TCE-PA, garantindo alinhamento com padrões nacionais e promovendo o desenvolvimento contínuo dos servidores. Destaca-se a importância da Rede de Escolas de Contas dos Tribunais de Contas (Reducontas) e do Portal de Cursos do IRB como ferramentas complementares de capacitação. Por fim, o documento pode ser ajustado para acompanhar mudanças normativas, tecnológicas e institucionais.

5.2 Programa de Ambientação de Servidores Ingressantes

O Programa de Ambientação tem como finalidade acolher, orientar e instruir os novos servidores concursados de forma objetiva, sucinta e segura. Ele aborda diversos aspectos importantes, como a cultura organizacional da Instituição, o histórico do Tribunal, a missão constitucional, a visão de futuro, os valores, os objetivos estratégicos, a estrutura organizacional e física, o código de ética e a conduta esperada dos servidores.

Além disso, o programa esclarece sobre a estrutura remuneratória, os benefícios e vantagens pecuniárias, as possibilidades de crescimento na carreira e o processo de avaliação de desempenho, entre outros tópicos pertinentes. Para a realização da ambientação, é elaborado um cronograma com base na data de posse dos novos servidores. A capacitação conta com a participação das diversas unidades do TCE-PA, cada uma apresentando suas respectivas responsabilidades e funções.

5.3 Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Liderança e Gestão

O TCE-PA tem elaborado o Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Liderança e Gestão, pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), mais especificamente pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Competências (CDC), e executado pela Escola de Contas. O Programa tem como objetivos:

- Auxiliar na melhoria do desempenho dos dirigentes de nível estratégico, tático e operacional, aprimorando o desenvolvimento de boas práticas de governança, a fim de consolidar o sistema de governança interna e dar eficácia e efetividade aos mecanismos de controle instituídos;
- Apoiar os gestores no desempenho de seu papel de líderes de equipes, na implantação das estratégias organizacionais e na melhoria dos processos e rotinas, possibilitando-lhes condições favoráveis para assumirem desafios atuais e futuros e alcançarem os resultados esperados;

- Desenvolver competências de liderança e gestão priorizadas pela estratégia organizacional do Tribunal de Contas, a fim de aperfeiçoar equipes e otimizar desempenho;
- Preparar e capacitar servidores futuramente desempenhar funções gerenciais alinhadas aos objetivos estratégicos, táticos e operacionais do TCE/PA;

As lideranças do Tribunal são divididas em três níveis estratégicos: Liderança Estratégica, Liderança Tática e Liderança Operacional. Além deles, também se objetiva desenvolver competências de Futuros líderes do Tribunal.

5.4 Programas de Capacitação das Unidades do TCE-PA

A elaboração de Programas de Capacitação no TCE-PA agrega valor ao capital humano do tribunal, valorizando os talentos dos servidores e ampliando suas competências para alcançar os objetivos institucionais.

Os Programas de Capacitação são desenvolvidos pelas próprias unidades administrativas do TCE-PA, sob a orientação da Escola de Contas. A construção desses programas tem previsão de ocorrer dentro do período de vigência do Plano Estratégico 2022-2027 do Tribunal.

Até o ano de 2025 foram elaborados os seguintes os programas disponíveis na intranet e no site da Escola: Escola de Contas Alberto Veloso (Ecav), Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGPE), Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SEPGE), Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), Assessoria de Comunicação e Relações Públicas (ACRP). Encontram-se em construção os programas da Auditoria Interna e da Assessoria de Cerimonial e Relações Institucional.

6. PLATAFORMA MOODLE TCE-PA/ECAV

O TCE-PA adotou como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) a Plataforma Moodle¹, que é uma plataforma de aprendizagem on-line gratuita e de código aberto utilizada para criar, gerenciar e distribuir cursos e conteúdos de ensino.

A Ecav, em parceria com as demais unidades do TCE-PA, implementou a estratégia de inserir objetos de aprendizagem no AVA Tribunal tendo como base os Programas de Capacitação das unidades. Nessa via, diversos recursos de aprendizagem são disponibilizados aos servidores, em formato de trilhas, para que possam realizar as ações de acordo com suas necessidades de capacitação.

¹ Trata-se do acrônimo de "*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*", um *software* livre, de apoio à aprendizagem, executado em um ambiente virtual.

As trilhas, no âmbito do TCE-PA, podem ser compreendidas como uma metodologia mais flexível de desenvolvimento de competências por se constituírem de diversos recursos de aprendizagem que são disponibilizados de forma virtual, os quais os participantes podem selecionar de acordo com seu próprio ritmo de aprendizagem. A certificação, com suas respectivas cargas horárias, é concedida a cada trilha concluído pelo servidor. As trilhas disponibilizadas no AVA são:

- Trilha de Auditoria de Contas de Gestão
- Trilha de Auditoria Operacional:
- Trilha Regimes Previdenciários com foco na EC nº 103/2019

A Plataforma Moodle do TCE-PA/Ecav está disponível no endereço eletrônico <https://ead.tcepa.tc.br/>.

7. INCENTIVO À FORMAÇÃO ACADÊMICA EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU

O TCE-PA dispõe da Resolução nº 19.225/2020, que estabelece normas e procedimentos para a implantação e operacionalização de programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* para seus servidores. Os cursos de pós-graduação devem estar preferencialmente alinhados aos temas pertinentes às atividades desenvolvidas no Tribunal, garantindo que os conhecimentos adquiridos sejam relevantes para as atribuições dos cargos, além de estar sujeita à disponibilidade orçamentária do Tribunal.

Para obter os benefícios estabelecidos pela referida Resolução, é necessário preencher formalmente um termo de compromisso, comprometendo-se a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso na Biblioteca Benedito Frade após a conclusão do curso. Assim, destaca-se que o compartilhamento de conhecimentos no âmbito do Tribunal é incentivado, e essa medida visa promover a disseminação de informações entre os servidores.

Em 2025 foi aprovada a resolução nº 19.757/2025 que dispõe sobre o Programa de Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu* para o quadro de pessoal do Tribunal. Consiste no custeio de cursos por meio de duas modalidades:

- Fixação de percentual de reembolso, prévia e anualmente estabelecido em Portaria pela Presidência, podendo variar de 50% (cinquenta por cento) a 75% (setenta e cinco por cento) da mensalidade a ser ressarcida ao servidor em curso relacionado à sua área de atuação;
- Em contratação de instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo MEC, com as mensalidades integralmente custeadas.

Além disso, são firmados convênios entre o TCE-PA e Instituições de Educação Superior (IES) cujos programas de mestrado e doutorado sejam devidamente autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), visando à qualificação do quadro funcional. Atualmente estão em andamento Termos de Cooperação entre o TCE-PA e a Universidade Federal do Pará (UFPA) para oferta de Mestrado Profissional em Direito, bem como com o Instituto Rui Barbosa (IRB), ambos para a oferta de mestrado. Também está em andamento Termo de Cooperação com a Universidade de Brasília que oferta de pós-graduação *lato sensu* em Auditoria Financeira.

8. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO, METODOLOGIAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO

8.1 Estratégias de atuação

A Ecav atua com três estratégias no presente Plano de Educação Corporativa:

- Promoção de ações de capacitação relacionadas aos Programas de Capacitação das Unidades do Tribunal. As ações podem ser desenvolvidas pela própria Ecav, ou por meio de parcerias e/ou termos de cooperação com instituições educacionais credenciadas de natureza pública ou privada.
- Divulgação de ações de capacitação da Rede das Escolas de Contas (Reducontas);
- Ampliação e atualização do acervo bibliográfico do TCE-PA.

8.2 Metodologias de Ensino

A Ecav adota uma abordagem flexível em relação às metodologias de ensino, que podem ser tradicionais, ativas ou híbridas, dependendo da natureza da ação educacional proposta.

Nas metodologias tradicionais, o facilitador conduz a aprendizagem por meio de aulas expositivas, sendo frequentemente empregadas em palestras e eventos presenciais que envolvam um grande número de servidores.

Já as metodologias ativas, como a “Aprendizagem Baseada em Projetos” e a “Aprendizagem Baseada em Problemas”, assim como a “Sala de Aula Invertida”, são preferidas por sua capacidade de enfatizar a aplicação prática dos conhecimentos em situações reais. Estas são especialmente indicadas para ações mais práticas, como oficinas e workshops, alinhando-se aos princípios da educação corporativa.

Por fim, as metodologias híbridas combinam elementos do ensino presencial e on-line, proporcionando uma oportunidade para otimizar recursos e permitir que os servidores realizem atividades de aprendizagem em um ritmo personalizado. Essa abordagem pode ser especialmente útil para alcançar um equilíbrio entre eficácia e flexibilidade no processo de educação corporativa.

8.3. Avaliação

As atividades de capacitação são avaliadas por meio da aplicação de formulário de avaliação de reação, visando garantir a qualidade dos cursos e promover seu contínuo aprimoramento, em conformidade com a missão estabelecida.

Esta avaliação consiste no preenchimento de um questionário específico pelos participantes, cujos dados são utilizados pela Ecav para aprimorar a oferta das ações. O preenchimento do questionário é obrigatório para todas as atividades oferecidas pela Ecav, tanto no formato presencial quanto online, estando disponível no Sistema de Gestão Acadêmica (Siga)² ou na Plataforma *Moodle*, conforme o formato da capacitação.

O objetivo principal da avaliação de reação é verificar o nível de satisfação dos participantes. Os dados coletados são analisados para direcionar melhorias futuras na oferta de ações e eventos educacionais pela Ecav.

A avaliação de reação é disponibilizada após o término do curso, seja ele presencial, à distância síncrona ou assíncrona, permanecendo aberta no sistema para a resposta individual dos participantes. O preenchimento da avaliação de reação é uma condição para emissão do certificado. Os relatórios resultantes dessa avaliação são ferramentas essenciais para orientar a construção ou readequação das próximas ações educacionais a serem ofertadas.

9. CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA 2026

A Ecav disponibiliza, abaixo, o cronograma preliminar das áreas temáticas planejadas para oferta aos servidores e Membros ao longo do ano de 2026, com o objetivo de promover a difusão de conhecimento e o aprimoramento técnico. Os eventos serão realizados em formato presencial, híbrido ou online, com datas e horários divulgados previamente por meio dos canais oficiais do Tribunal. Ressalta-se que este planejamento poderá sofrer ajustes conforme necessidades operacionais, sendo complementado por outras iniciativas que venham a ser consideradas relevantes durante o transcurso do ano. O quadro a seguir apresenta uma prévia das ações a serem ofertadas, por área temática.

1. Administração, logística, patrimônio e finanças
2. Auditoria Interna
3. Cerimonial e Relações Institucionais

² Sistema no qual os servidores, membros, servidores jurisdicionados e sociedade podem se inscrever nas ações educacionais promovidas pela Ecav, bem como obter certificação.

4. Comunicação e Relações Públicas, Línguas e Linguagens
5. Consultoria Jurídica
6. Controle Externo
7. Corregedoria
8. Gestão da Inovação e do Conhecimento (lideranças e Ecav)
9. Gestão de Pessoas, Saúde e Qualidade de Vida
10. Gestão do Acervo Técnico e Informação
11. Inovação tecnológica e Análise de dados
12. Membros da Corte de Contas
13. Ouvidoria
14. Planejamento, Gestão estratégica (Governança, LGPD, sustentabilidade)

O PEC 2026 representa um compromisso do TCE-PA com a qualificação de seus servidores e Membros, reforçando a importância do controle externo eficiente e transparente. Ao integrar iniciativas como a REDUCONTAS, parcerias acadêmicas (UFPA, IRB, UnB) e a Plataforma Moodle, o plano não apenas moderniza a capacitação, mas também promove a disseminação do conhecimento e a adoção de boas práticas, de acordo com as inovações normativas, tecnológicas e institucionais.

Em síntese, o PEC 2026 é uma ferramenta para o TCE-PA cumprir sua missão constitucional com excelência, capacitando e qualificando seus servidores para os desafios atuais e futuros da gestão pública.

ANEXO I

PROJEÇÃO DO ÍNDICE – ADESÃO ÀS AÇÕES EDUCACIONAIS

1. Análise da Série Histórica (2022–2025)

Ano	Servidores Capacitados	Servidores Ativos	Resultado (%)	Meta (%)
2022	338	637	53.1%	50%
2023	333	640	52.0%	60%
2024	404	597	67.7%	65%
2025	338	622	54,34%	70%
2026	439	624	70,0%	75%

Fonte: SISPLAN, CAC e SETIN (2025)

2. Projeção Numérica – 2026

Servidores Ativos estimados para efeitos de cálculo (2026): 624

Servidores Capacitados estimados (2026): 439

Meta 2026: **75%**

Resultado Projetado 2026: 70%

3. Fórmula de Cálculo

Índice 2026 = $(439 / 624) \times 100 = 70\%$

4. Registro Sugerido para o SISPLAN

Para o cálculo para o exercício de 2026, estimou-se um total aproximado de 624 servidores ativos (sem considerar os novos entrantes e MPC) e 439 servidores capacitados com carga horária igual ou superior a 16h, resultando em índice projetado de 70%. O indicador apresenta evolução positiva e avança para o cumprimento da meta institucional de 80% até 2027.

ANEXO II - PLANEJAMENTO 2026

NOME DO EIXO	PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO
1. Administração, Logística, Patrimônio e Finanças	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização de Contratos e Convênios - Inventário no Setor Público: Prático e Descomplicado
2. Auditoria Interna	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna - Controle Interno: Estruturação das Atividades e Auditoria Baseada em Riscos (ABR) - AUDI 1 do Instituto Internacional de Auditoria
3. Cerimonial e Relações Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> - Cerimonial Público e Organização de Eventos
4. Comunicação e Relações Públicas, Línguas e Linguagens	<ul style="list-style-type: none"> - Redação oficial e comunicação técnica - Legal Design aplicado à produção de documentos (com técnicas de <i>Visual Law</i>). - Libras
5. Consultoria Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> - Contratações Públicas à Luz da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) - Fraudes em licitações e contratos: principais fraudes e como identificar indícios.
6. Controle Externo	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de Recomendações e Determinações, com base na Análise de Causa Raiz (ACR) – Oferta no 1º trimestre/2026 - Auditoria baseada em riscos (Santarém) - Matriz de responsabilização - Elaboração de relatórios técnicos - Consensualismo na Administração Pública / nos Tribunais de Contas - Curso sobre fiscalização de organizações sociais (contratos de gestão) - Módulo de transferências voluntárias – capacitações específicas para servidores - Auditoria operacional (com base nas normas INTOSAI – ISSAI) - Auditoria financeira - Auditoria de conformidade aplicada ao setor público - Melhores práticas e metodologias modernas de análise de contas de gestão - Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador: Conceitos, aplicação e implementação - Aspectos Regulatórios sobre Saneamento Básico - Avaliação de Políticas Públicas (Marabá) - Responsabilização perante o Tribunal de Contas (Marabá)
7. Corregedoria	<ul style="list-style-type: none"> - Corregedoria “Day”
8. Gestão da Inovação e do Conhecimento (Lideranças e Ecav)	<ul style="list-style-type: none"> - Liderança e Gestão de Equipes no Setor Público - Avaliação de impacto - Políticas de promoção da equidade de gênero, raça, etc: Jornada de boas práticas de equidade racial e Letramento racial - Capacitação em <i>Moodle: Design Instrucional</i>
9. Gestão de Pessoas, Saúde e Qualidade de Vida	<ul style="list-style-type: none"> - Ambientação de servidores ingressantes - Avaliação de Desempenho por Competências - Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho - Acessibilidade e Inclusão no Controle Externo
10. Gestão do Acervo Técnico e Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Curadoria e Preservação do Acervo Técnico
11. Inovação Tecnológica e Análise de Dados	<ul style="list-style-type: none"> - e-TCE - Plataforma <i>Pharus</i> - Oficina Segurança da Informação - <i>Bizagi Modeler</i> - Excel Básico - Excel: do Intermediário ao avançado - Fluência em Inteligência Artificial - Uso especializado da Inteligência Artificial - Fiscalis – Módulo Transferências Voluntárias - Sistema de Gestão Acadêmica - Sistema de Gestão de Pessoas - Encontro +TI
12. Membros da Corte de Contas	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação de Indicadores de Gestão Pública - Reforma Tributária e seus impactos nas finanças e arrecadações estaduais - Encontro Nacional da Audicon - Consequencialismo na LINDB - Jurimetria aplicada aos Tribunais de Contas e aos Tribunais Superiores

	<ul style="list-style-type: none"> - Processos de Controle Externo - SIAFE para Tribunais de Contas: interpretação, consulta e análise de dados orçamentários e financeiros
13. Ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> - Combate à discriminação: Prevenção e Enfrentamento da discriminação. - Prevenção e Enfrentamento do Assédio Sexual e Moral. - Aplicação da IA nas atividades da Ouvidoria
14. Planejamento e Gestão Estratégica (Governança Pública, LGPD, Sustentabilidade)	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento Estratégico no Setor Público - Licitações Sustentáveis e Plano de Logística Sustentável - Gestão de Metas e Resultados com OKR - Gerenciamento de processos e projetos (Marabá) - Gestão do tempo e produtividade para equipes de auditoria - Metodologias Ágeis e <i>Trello</i>

ANEXO III - DESCRIÇÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS

1. Administração, Logística, Patrimônio e Finanças

Conceito: Área temática que aborda os fundamentos e práticas que sustentam o funcionamento das instituições públicas, incluindo gestão administrativa, logística de serviços e materiais, controle patrimonial e execução orçamentária e financeira. Visa fortalecer a capacidade dos servidores para conduzir processos eficientes, econômicos e alinhados às normas brasileiras de gestão pública.

Exemplos:

- Gestão Administrativa no Setor Público
- Compras Públicas e Licitações
- Gestão de Almoxarifado e Patrimônio
- Execução Orçamentária e Financeira
- Logística e Gestão de Contratos

2. Auditoria Interna

Conceito: Estuda métodos e técnicas de avaliação dos controles internos, da gestão de riscos e da governança institucional. Contribui para formar profissionais capazes de apoiar a melhoria contínua, a integridade e a confiabilidade dos processos administrativos dos órgãos públicos.

Exemplos:

- Introdução à Auditoria Interna Governamental
- Gestão de Riscos e Controles Internos
- Técnicas de Auditoria Baseada em Riscos
- Normas Internacionais de Auditoria Interna

3. Cerimonial e Relações Institucionais

Área que estuda práticas de protocolo público, cerimonial e articulação institucional. Área dedicada às práticas de organização de eventos oficiais, observância do cerimonial público e construção de relações institucionais estratégicas. Capacita servidores para representar adequadamente o órgão de controle e fortalecer sua imagem pública.

Exemplos:

- Cerimonial Público e Organização de Eventos
- Técnica e Protocolo em Atos Oficiais
- Relações Institucionais e Representação Pública
- Comunicação em Eventos

4. Comunicação e Relações Públicas, Línguas e Linguagens

Área voltada ao desenvolvimento de competências em comunicação institucional, produção textual, expressão oral, atendimento e relacionamento com a sociedade. Inclui também o aprimoramento de linguagens e idiomas para ampliar o alcance, a acessibilidade e a eficácia das ações da administração pública e do controle externo.

Exemplos:

- Redação Oficial e Técnica
- Atendimento ao Cidadão e Comunicação Institucional
- Oratória e Apresentações de Alto Impacto
- Inglês Instrumental para o Setor Público
- Comunicação Inclusiva e Acessível (Libras)

5. Consultoria Jurídica

Aborda os conhecimentos jurídicos essenciais para a análise de atos administrativos, elaboração de pareceres e orientações normativas. Prepara servidores e gestores para atuar com segurança jurídica e prevenir erros na administração pública.

Exemplos:

- Direito Administrativo
- Elaboração de Pareceres Jurídicos
- Processo Administrativo Sancionador
- Contratações Públicas à Luz da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)

6. Controle Externo

Área voltada à formação em fiscalização, auditorias, inspeções, acompanhamento de políticas públicas e julgamento de contas. Desenvolve competências técnicas e éticas para que servidores e jurisdicionados compreendam e executem adequadamente as atividades do controle da gestão pública.

Exemplos:

- Auditoria Governamental (Operacional, Contábil, Conformidade)
- Fiscalização de Políticas Públicas
- Fiscalização das emendas especiais
- Análise de Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial
- Indicadores e Avaliação de Resultados

7. Corregedoria

Área voltada aos estudos das práticas de integridade, responsabilização, conduta ética e procedimentos disciplinares. Capacita servidores para atuar em processos correicionais e fortalecer a cultura de ética e transparência dentro das instituições de controle.

Exemplos:

- Processo Administrativo Disciplinar
- Código de Ética e Conduta no Serviço Público
- Investigação Preliminar e Sindicâncias
- Integridade e Cultura ética

8. Gestão da Inovação e do Conhecimento (Lideranças e Ecav)

Área que promove o desenvolvimento de habilidades de liderança, inovação, colaboração e compartilhamento do conhecimento. Estimula práticas pedagógicas inovadoras, metodologias ativas e cultura de aprendizado contínuo na instituição.

Exemplos:

- Liderança e Gestão de Equipes no Setor Público
- Metodologias Ativas para formação de facilitadores
- Inovação no Serviço Público (*Design Thinking*, *Scrum*, OKR)
- Avaliação de impacto
- Políticas de promoção da equidade de gênero, raça, etc

9. Gestão de Pessoas, Saúde e Qualidade de Vida

Eixo voltado à capacitação em políticas de gestão de pessoas, mapeamento e desenvolvimento de competências, clima organizacional, promoção da saúde e ações de incentivo ao bem-estar e qualidade de vida. Busca qualificar gestores e servidores para construir ambientes de trabalho mais saudáveis, produtivos e humanizados.

Exemplos:

- Gestão de Pessoas no Setor Público: Ambientação e desenvolvimento
- Avaliação de Desempenho e Competências
- Saúde Mental e Prevenção ao Estresse
- Ergonomia e Qualidade de Vida no Trabalho
- Mediação e Gestão de Conflitos

10. Gestão do Acervo Técnico e Informação

Campo de estudos dedicado à organização, preservação e disponibilização das informações técnicas produzidas pelas instituições de controle. Capacita servidores para atuar com gestão documental, arquivos, bibliotecas, sistemas de informação e boas práticas de transparência.

Exemplos:

- Arquivologia Aplicada ao Setor Público
- Gestão Documental e Protocolo
- Transparência e Acesso à Informação
- Curadoria e Preservação do Acervo Técnico

11. Inovação Tecnológica e Análise de Dados

Foca no uso de tecnologias emergentes, sistemas inteligentes e técnicas de análise de dados para aprimorar processos, apoiar auditorias e fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências. Contribui para modernizar o controle externo e a administração pública.

Exemplos:

- Introdução à Análise de Dados para o Setor Público
- Power BI, Python ou R para Análise Governamental
- Transformação Digital na Administração Pública
- Governança de TIC e Segurança da Informação

12. Membros da Corte de Contas

Área voltada à formação para Conselheiros, Conselheiros substitutos e Procuradores de Contas, abordando temas estratégicos como julgamento de contas, governança pública, atuação normativa, integridade e decisões colegiadas. Apoia o aperfeiçoamento do papel institucional dos membros.

Exemplos:

- Jurisprudência Aplicada dos Tribunais de Contas: mecanismos de consensualismo institucional e controle horizontal
- Governança Pública e sustentabilidade
- Avaliação de políticas Públicas e de Indicadores de Gestão Pública
- Reforma Tributária e seus impactos nas finanças e arrecadações estaduais
- Desafios e Tendências do Controle Externo internacional e nacional
- Fiscalização das emendas especiais

13. Ouvidoria

Capacita servidores a fortalecer o relacionamento com a sociedade e a aprimorar serviços públicos com base nas demandas recebidas.

Exemplos:

- Tratamento de Manifestações e Gestão da Ouvidoria
- Controle Social e Participação Cidadã
- Indicadores de Desempenho para Ouvidorias
- Ouvidorias Públicas

14. Planejamento e Gestão Estratégica (Governança Pública, LGPD, Sustentabilidade)

Área que desenvolve competências para elaboração e monitoramento de planos estratégicos, gestão de riscos, conformidade, governança pública, proteção de dados pessoais e práticas sustentáveis. Apoia a construção de instituições mais íntegras, eficientes e orientadas para melhoria de resultados.

Exemplos:

- Planejamento Estratégico no Setor Público
- Governança, Riscos e Controles internos
- LGPD aplicada ao Setor Público
- Sustentabilidade, Agenda 2030 e Compras Sustentáveis

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Travessa Quintino Bocaiúva, 1585.
Belém - Pará – Brasil - CEP: 66.035-903
Fone: (91) 3210-0844 / 0845 / 0846
escoladecontas@tcepa.tc.br
www.tcepa.tc.br/escoladecontas